

BRIDGES NETWORK

# PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 9, NÚMERO 1 - FEVEREIRO 2013



## Estados Unidos: “*too big to fail*”?

### MULTILATERALISMO

A interdependência e seu preço: o TPR dos Estados Unidos

### COMÉRCIO REGIONAL

A política comercial dos Estados Unidos para a Ásia

### COMÉRCIO BILATERAL

Brasil-Estados Unidos no segundo governo Obama



International Centre for Trade  
and Sustainable Development

# PONTES

VOLUME 9, NÚMERO 1 - FEVEREIRO 2013

## PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

## ICTSD

**International Centre for Trade and Sustainable Development**

Genebra, Suíça

### EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

### EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

### EQUIPE EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

Manuela Trindade Viana

Bruno Varela Miranda

Tatianna Mello Pereira da Silva

### DESIGN GRÁFICO

Flarvet

### LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch)

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

## MULTILATERALISMO

- 4 **A interdependência e seu preço: o TPR dos Estados Unidos**

## ENERGIA

- 8 **Política energética na versão Obama 2.0**

*Kenneth P. Green*

## COMÉRCIO REGIONAL

- 12 **A política comercial dos Estados Unidos para a Ásia**

*Claude Barfield*

## INTEGRAÇÃO REGIONAL

- 15 **Os Estados Unidos e a América do Sul no início da segunda década**

*José Luís Fiori*

## COMÉRCIO BILATERAL

- 19 **Brasil-Estados Unidos no segundo governo Obama**

*Diego Bonomo*

## PREFERÊNCIAS COMERCIAIS

- 23 **A renovação do SGP nos Estados Unidos: desafios e incertezas**

*Célia Feldpausch*

- 27 **Informações úteis**

- 28 **Publicações**

## Obama 2013: “yes we can”?



A reeleição do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, oferece terreno farto para indagações tanto de ordem retrospectiva quanto prospectiva. À luz das inúmeras barreiras enfrentadas pelas principais propostas de campanha de Obama no primeiro mandato, o país que será governado nos próximos quatro anos provavelmente acredita menos em transformações profundas. Por outro lado, conhece melhor os limites para a mudança impostos por seu sistema político e por uma sociedade dividida.

Nos demais países, o olhar atento aos desdobramentos em Washington é inevitável, dada a importância de um bom desempenho da economia estadunidense para os resultados colhidos por esses países. Da mesma forma, as medidas implementadas nos Estados Unidos justamente com vistas a estimular o crescimento interno podem gerar efeitos colaterais indesejados para muitos.

Nesse sentido, a edição do Pontes que chega até você, prezado(a) leitor(a), apresenta contribuições que auxiliam na difícil missão de compreender o legado deixado pelo primeiro mandato do presidente Barack Obama, bem como análises que buscam identificar pontos altos da agenda para o segundo mandato, em especial no que toca ao Brasil e à região.

Este número tem início com um editorial a respeito dos principais pontos do relatório elaborado pelo Órgão de Revisão de Política Comercial (TPR, sigla em inglês) da Organização Mundial do Comércio (OMC), dedicado justamente à economia estadunidense e divulgado em dezembro de 2012. Na sequência, Kenneth Green avalia a política energética de Washington nos últimos quatro anos e Claude Barfield discute a posição da Ásia na política comercial estadunidense, bem como a centralidade que a Parceria Trans-Pacífico (TPP, sigla em inglês) adquire nessa estratégia.

Com o olhar voltado para a América do Sul, José Luis Fiori traz uma discussão a respeito da inserção dos Estados Unidos na conjuntura econômica internacional na segunda década deste século, com o objetivo de pensar as possibilidades colocadas ao Brasil nesse contexto. Por fim, os textos assinados, respectivamente, por Diego Bonomo e Célia Feldpausch, abordam dois temas que certamente se destacarão em 2013 na agenda Brasil-Estados Unidos: (facilitação de) comércio e o Sistema Geral de Preferências (SGP).

Neste primeiro número de 2013, o Pontes deseja reforçar um objetivo: o de contribuir para a promoção de debates relevantes nas áreas de comércio e desenvolvimento sustentável. Para tal, o compromisso com a pluralidade de temáticas e posicionamentos permanece como nosso foco. Esse anseio, entretanto, depende diretamente de sua participação, nosso(a) leitor(a). Por isso, gostaríamos de convidá-lo(a) a comentar as notícias publicadas no [site do Pontes](http://site.do.Pontes). Caso queira escrever-nos um e-mail, o endereço é [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch).

Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

## MULTILATERALISMO

## A interdependência e seu preço: o TPR dos Estados Unidos

*No contexto da publicação do TPR sobre os Estados Unidos, este editorial discute as políticas comerciais e econômicas mais controversas adotadas pelo país, bem como os limites daquilo que é acordado em Genebra em relação ao jogo político interno nos Estados Unidos.*

**A**valiados a cada dois anos pelo Órgão de Revisão de Política Comercial (TPR, sigla em inglês), os Estados Unidos voltaram a atrair as atenções dos participantes do sistema multilateral de comércio no final de 2012. Em 18 de dezembro, a Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou um relatório que resume as principais transformações da política comercial estadunidense no último biênio. Para além dos elogios e críticas, o extenso documento evidencia a interdependência existente entre a economia dos Estados Unidos e o restante do globo e o quanto esse relacionamento implica oportunidades e preocupações recíprocas.

Este editorial analisa os principais pontos apresentados pelo TPR, explorando a natureza da interdependência entre a economia dos Estados Unidos e a maioria dos outros membros do sistema multilateral de comércio. Conforme lembrou em seu discurso ao Órgão o embaixador estadunidense na OMC, Michael Punke, em 2011 eram 68 os Estados que tinham os Estados Unidos como o primeiro, segundo ou terceiro principal mercado exportador. Não por acaso, cada decisão ou estatística divulgada em Washington é acompanhada com grande atenção por observadores nas mais distintas porções do planeta. Por outro lado, a economia estadunidense deriva parcela considerável de seu dinamismo daquilo que obtém além das fronteiras nacionais.

O resultado é uma complexa rede de interações que, não raramente, produz resultados contraditórios. Por exemplo, é inegável a importância de um bom desempenho da economia estadunidense para os resultados colhidos por outros países do mundo. O remédio escolhido por Washington para estimular o crescimento interno, entretanto, pode ser o responsável por efeitos colaterais indesejados para muitos. Segundo o governo brasileiro, a política monetária expansionista dos Estados Unidos tem criado importantes distorções no intercâmbio bilateral, transformando um superávit de cerca de US\$ 6 bilhões a favor do Brasil em um déficit que chega aos US\$ 4 bilhões.

Ademais, nem mesmo a inabalável retórica dos negociadores estadunidenses em defesa dos princípios que regem a OMC esconde o fato de que os acontecimentos em Genebra muitas vezes são ignorados nas decisões em Washington. Embora seja inegável o papel dos Estados Unidos na construção do sistema multilateral de comércio desde meados da década de 1940, questões das mais diversas conferem complexidade às regras prevalentes no âmbito interno. Seja a preocupação com a segurança nacional, pressões de grupos de interesse ou ainda políticas setoriais, são inúmeras as influências que o jogo político impõe sobre a forma como os indivíduos e empresas estadunidenses se relacionam economicamente com o mundo.

### **Recuperação lenta, métodos polêmicos**

O TPR começa com uma avaliação da situação atual da economia estadunidense, comparando-a com a revisão feita pelo Órgão em 2010. Naquela ocasião, a administração de Barack Obama foi elogiada pela OMC por não usar o mau momento como um argumento para uma guinada protecionista no país. Desde então, observa-se aquilo que o texto caracteriza como "uma recuperação lenta, porém constante, e certo grau de reequilíbrio". Mais especificamente, o país foi capaz de construir um superávit crescente nas balanças comercial e de serviços, amparado em uma retomada significativa dos intercâmbios transnacionais. Ainda, o TPR comenta as políticas implementadas por

## 1.500

Número aproximado de questões recebidas pelos Estados Unidos por outros membros da OMC.

## 36

Países que questionaram as práticas comerciais estadunidenses durante o TPR.

Washington a fim de atingir tal objetivo de fomentar as exportações e os investimentos no país.

Tamanha interdependência torna a progressiva recuperação da economia estadunidense uma boa notícia para a maioria dos membros da OMC. Os métodos utilizados para promover a retomada, porém, são polêmicos. Ao citar a trajetória de desvalorização do Dólar em relação a outras moedas, o relatório reconhece a sua influência sobre as relações comerciais dos Estados Unidos com outros integrantes do sistema multilateral de comércio. Caberia, assim, aos países presentes à reunião as críticas que o Órgão de TPR evita na questão cambial. A delegação brasileira, encabeçada pelo embaixador Roberto Azevêdo, apontou as "políticas monetária e fiscal expansionistas" de Washington como responsáveis diretas pela desvalorização do Dólar, associando-as com um objetivo premeditado pela administração Obama. Em resposta, a diplomacia estadunidense acredita que a explicação para a apreciação das moedas dos países emergentes se encontra nas taxas de crescimento econômico ali observadas.

Outro ponto polêmico diz respeito aos picos tarifários praticados pelos Estados Unidos. Em suas declarações, Punke lembra que a média tarifária aplicada pelo governo estadunidense está entre as mais baixas do mundo. Ademais, cita a existência de inúmeros programas que asseguram acesso preferencial a um mercado de mais de 300 milhões de habitantes. O dado apresentado pelo embaixador chama a atenção: cerca de 70% de todas as importações feitas pelos Estados Unidos em 2011 estão isentas de tarifas, algo que beneficia não apenas quem vende, mas também quem adquire tais produtos. Por outro lado, tanto o TPR quanto os membros presentes à reunião do Órgão apontam a existência de importantes barreiras em setores como calçados, têxteis, vestuário e agricultura, prejudicando principalmente os países em desenvolvimento.

### Regulação e incerteza

Embora represente menos de 1% do produto interno bruto (PIB) estadunidense – US\$ 372 bilhões em 2011 –, a agricultura evidencia a complexa interdependência entre os Estados Unidos e o resto do globo. Principal exportador agrícola do mundo, o país vendeu quase US\$ 145 bilhões em 2011. Produtos como algodão, milho, soja e trigo destacam-se nas estatísticas; outros, em especial a carne bovina, têm ganhado espaço no mercado internacional. Entre as importações – mais de US\$ 105 bilhões em 2011 –, açúcar e café chamam a atenção, devido ao considerável crescimento nas compras estadunidenses nos últimos anos. Com isso, pode-se dizer que os principais atores estatais no setor agrícola consideram as decisões anunciadas em Washington tão importantes quanto os rumos acordados no interior de suas fronteiras.

---

*Diante do impasse nas negociações da nova versão da (...) Farm Bill, diversos membros do sistema multilateral de comércio demonstraram preocupação quanto ao cenário que poderá emergir no futuro. Prova disso é (...) que a agricultura foi o assunto que recebeu o maior número de questionamentos dos participantes.*

---

Diante do impasse nas negociações da nova versão da lei agrícola estadunidense – conhecida como *Farm Bill* –, diversos membros do sistema multilateral de comércio demonstraram preocupação quanto ao cenário que poderá emergir no futuro. Prova disso é a afirmação feita pelo presidente do Órgão de TPR, Eduardo Muñoz Gómez, de que a agricultura foi o assunto que recebeu o maior número de questionamentos dos participantes. Por sua vez, o embaixador da União Europeia (UE) na OMC, Angelos Pangratis, expressou o temor de que novidades nas regras de apoio aos agricultores dos Estados Unidos aprofundem as distorções ao comércio internacional. Outros programas,

Com a aprovação do acordo de livre comércio com a Colômbia (2012) e Peru (2009), apenas o Equador poderá utilizar a ATPDEA.

Fonte: Departamento de Comércio dos Estados Unidos

como aqueles voltados à promoção de exportações ou ao oferecimento de ajuda, também foram citados pelos participantes do TPR como problemáticos.

A reunião em Genebra demonstrou também o desconforto dos membros da OMC com a forma como Washington lida com a regulação em uma série de setores. Em primeiro lugar, o relatório critica a legislação dos Estados Unidos para regras de origem, cuja excessiva complexidade levou o Órgão a classificá-la como confusa. De fato, as queixas são compartilhadas por diversas empresas estadunidenses, que têm dificuldade para entender o significado do termo "componente nacional" ou a lógica para as exceções existentes desde os anos 30 para determinados produtos.

Outro tópico de preocupação diz respeito às chamadas barreiras técnicas ao comércio (TBT, sigla em inglês), ou ainda as sanitárias e fitossanitárias (SPS, sigla em inglês). Nesse caso, o limitado alinhamento entre as medidas adotadas pelos Estados Unidos e os padrões internacionais constitui alvo de queixas dos membros da OMC. Vocalizando as críticas da UE, o embaixador Pangratis citou o caso da carne exportada pelo bloco, objeto de restrições impostas pelas autoridades estadunidenses desde 1997, sem que estas respeitem outros compromissos multilaterais assumidos.

Finalmente, as consequências da política de segurança nacional estabelecida desde os atentados de 11 de setembro merecem menção especial. Entre os participantes da reunião, ficou evidente o desconforto com os possíveis efeitos da obrigação de checagem de 100% dos contêineres marítimos nos portos de origem, medida prevista para entrar em vigor em meados de 2014. Em seu discurso, o embaixador Pangratis disse esperar que o reconhecimento bilateral negociado por estadunidenses e europeus na área de segurança nas cadeias de suprimento se reflita em uma revisão da decisão de Washington. É preciso lembrar que, mesmo no interior de suas fronteiras, a medida esbarra no ceticismo de analistas e funcionários públicos, que consideram ser improvável a plena implementação da obrigação já no ano que vem.

#### **Multilateralismo, regionalismo ou bilateralismo?**

Em seu discurso, Punke enfatiza o compromisso estadunidense com o fortalecimento do papel da OMC como principal agente promotor da liberalização comercial. Protagonistas em qualquer negociação em Genebra, os Estados Unidos já haviam sido criticados em 2010 pela omissão nos debates relativos à Rodada Doha. A recente reunião do Órgão de TPR parece reforçar o temor de que a diplomacia estadunidense esteja dando atenção menor do que o necessário para lidar com os desafios que impedem um acordo multilateral amplo. A China expressou tal preocupação por meio de seu embaixador na OMC, Ya Xiaozhun, segundo o qual Washington tem priorizado iniciativas regionais e bilaterais. Por outro lado, a reivindicação foi feita em tom diplomático: Xiaozhun reconheceu o comprometimento dos Estados Unidos em assegurar resultados concretos na arena multilateral até o final de 2013.

---

*Embora seja dos mais abertos entre os membros da OMC, o mercado estadunidense possui inúmeras barreiras em setores fundamentais para os países em desenvolvimento.*

---

Entre as iniciativas bilaterais e regionais, o TPR cita a aprovação de três acordos de livre comércio – com Colômbia, Coreia do Sul e Panamá – pelo Congresso dos Estados Unidos, além da prorrogação do Sistema Geral de Preferências (SGP) e da Lei de Preferências Tarifárias Andinas e Erradicação de Drogas (ATPDEA, sigla em inglês). Ademais, lembra que a diplomacia estadunidense está envolvida em negociações no âmbito da Parceria Trans-Pacífico (TPP, sigla em inglês) e com a Rússia para a normalização das relações comerciais bilaterais. Punke, por sua vez, refere-se a "negociações silenciosas" como um indício de que



## 2 anos

Periodicidade para a realização do TPR de China, Estados Unidos, Japão e União Europeia

## 4 anos

Periodicidade da avaliação da política comercial do Brasil

Fonte: OMC

os membros da OMC seguem debatendo os temas mais polêmicos da Agenda de Doha, enquanto avanços substantivos em áreas como compras governamentais, facilitação de comércio e serviços vêm ocorrendo. Será preciso esperar o desenrolar das atividades em Genebra nos próximos meses para que fique mais claro qual será o papel dos Estados Unidos nas negociações multilaterais.

### Considerações finais

Se não chega a apresentar grandes novidades, o TPR dos Estados Unidos ressalta questões que definem as relações entre a economia deste país e o resto do mundo. Embora seja dos mais abertos entre os membros da OMC, o mercado estadunidense possui inúmeras barreiras em setores fundamentais para os países em desenvolvimento. Com isso, é natural que possibilidades de um acordo multilateral amplo no âmbito da Rodada Doha dependam de uma revisão desses "desvios" da política comercial de Washington. Para que possa seguir reivindicando a vanguarda na liberalização dos intercâmbios, será preciso lidar com os interesses de grupos bastante organizados – como no caso dos lobbies agrícolas. Resta saber se, no jogo político interno, tal iniciativa é viável.

Ademais, a reunião do Órgão aponta para os limites da influência das decisões adotadas em Genebra sobre aquilo que democratas ou republicanos decidem no Congresso. Em áreas essencialmente regulatórias, como regras de origem ou barreiras fitossanitárias, o desalinhamento entre ambas as dimensões é patente em muitos casos. Contribui decisivamente para tal cenário a convivência entre inúmeros objetivos de política que, muitas vezes contraditórios em seus resultados, acabam por gerar conflitos com as regras do sistema multilateral de comércio. Exemplo disso são os intermináveis debates sobre os limites para a etiquetagem de alimentos no mercado estadunidense.

Finalmente, eventos como o encontro proporcionado pelo Órgão de TPR demonstram a forma peculiar como os Estados Unidos se inserem nos regimes internacionais. Afinal, o mesmo país acusado de imperialismo por alguns é classificado como excessivamente tímido em sua atuação multilateral por outros. Impossível de ignorar por seu tamanho, a economia dos Estados Unidos é também "grande demais para naufragar". A grande dúvida é se toda essa pujança caberá dentro de uma proposta de aprofundamento do sistema multilateral do comércio, ou se o preço da convivência com um parceiro incontornável seguirá sendo a aceitação de regras próprias em uma série de tópicos sensíveis.

## ENERGIA

## Política energética na versão Obama 2.0

Kenneth P. Green

*Com base nas principais linhas da política energética do primeiro mandato de Barack Obama e na forte ênfase depositada nas mudanças climáticas pelo presidente reeleito, este artigo apresenta os desafios à consecução das ambiciosas metas do segundo mandato de Obama.*

A reeleição de Barack Obama como presidente dos Estados Unidos despertou profunda curiosidade sobre o que se pode esperar da política energética do país. Sem dúvida, o melhor indicativo disso é o histórico do tratamento dispensado ao assunto em seu primeiro governo.

Algumas das tendências na área de energia identificadas durante o primeiro mandato da administração Obama são: uma clara antipatia por combustíveis fósseis (especialmente aqueles com alto teor de carbono, como no caso do carvão); uma também nítida antipatia por produtores de combustíveis fósseis (especialmente empresas petrolíferas); e a crença no "sonho verde", em que governos escolhem quais combustíveis, quais fontes de energia e quais dispositivos deverão e não deverão ser utilizados no futuro. Em seu primeiro governo, a retórica de Obama foi contra o carvão e o petróleo – o que pode ser exemplificado pela recusa do presidente em aprovar a construção do oleoduto Keystone XL, que transportaria petróleo das areias betuminosas do Canadá para as refinarias da Costa do Golfo, nos Estados Unidos.

Ainda, o presidente Obama estabeleceu metas ambiciosas para a economia do setor energético dos Estados Unidos em seu primeiro mandato, afirmando que, até 2035, o país geraria 80% de sua eletricidade a partir de fontes renováveis<sup>1</sup> e que aumentaria acentuadamente a economia de combustível da frota veicular estadunidense<sup>2</sup>. De fato, a administração deu alguns passos em direção a esses objetivos: implementou novos padrões de economia de combustível em 2012 e prevê a duplicação da eficiência veicular em termos de milhagem por galão em 2025.

Todavia, a administração Obama foi especificamente ineficiente na implementação de políticas que refletissem as declaradas preferências por fontes renováveis de energia, em substituição aos combustíveis fósseis. Além do investimento de elevada cifra em medidas "de estímulo" em uma série de iniciativas questionáveis de "empregos verdes" e "energia verde", o primeiro mandato do presidente Obama foi marcado pelo enorme crescimento da produção de gás e petróleo. Por sua vez, ao invés de representar uma conquista, o declínio no consumo de carvão é primordialmente atribuído à redução no preço do gás natural. Os principais elementos da matriz energética dos Estados Unidos são apresentados a seguir.

### Carvão

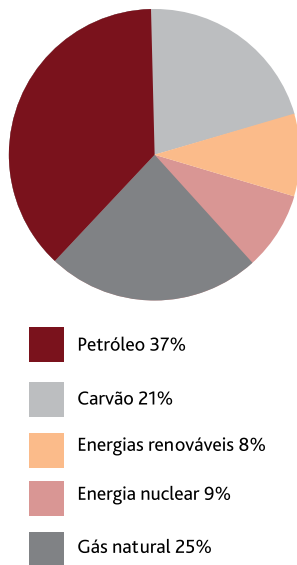
De acordo com a Administração de Informação sobre Energia dos Estados Unidos (EIA, sigla em inglês), embora o consumo de carvão no país continue a declinar devido ao baixo preço do gás natural, a produção e exportação de carvão permanecem fortes, e o consumo tende a ser retomado conforme o preço do gás natural atinja níveis mais sustentáveis. A EIA estima um aumento de 8% na participação de mercado da produção de eletricidade a partir do carvão nos Estados Unidos<sup>3</sup>. Ainda segundo a Agência, o recorde de exportação de carvão, estabelecido em 1981, quando os Estados Unidos produziram 113 milhões de toneladas curtas de carvão, será batido em 2012, ano em que a produção de carvão nos Estados Unidos deve alcançar a marca de 125 milhões de toneladas curtas<sup>4</sup>.

### Petróleo

A produção de petróleo foi um elemento chave de diversos debates presidenciais e inúmeros discursos que antecederam a eleição. O que está claro é que, embora a produção de petróleo em propriedades controladas pelo governo federal tenha decaído durante o



Consumo de energia nos Estados Unidos



Fonte: Annual Energy Review 2010

primeiro mandato de Obama, a produção em propriedades controladas por particulares e por estados aumentou acentuadamente. A redução da produção em propriedades federais decorreu de uma moratória e de alterações nas permissões de prospecção de petróleo ocorridas após o vazamento na plataforma Deepwater Horizon, em 2008. No âmbito nacional, contudo, a produção de petróleo cresceu 14% entre 2008 e 2011, e não há sinais de diminuição<sup>5</sup>. A EIA prevê um crescimento anual na produção de petróleo, que passaria de 234 mil barris por dia alcançando um nível de 7,5 milhões de barris por dia ao final da presente década<sup>6</sup>.

#### Gás natural

O grande destaque na produção energética dos Estados Unidos é, sem dúvidas, o incrível crescimento na produção de gás de xisto, que também aumentou 14% entre 2008 e 2011 – uma tendência que, segundo a EIA, deve continuar. Novas estimativas sugerem que a produção estadunidense de gás seco ultrapassará o consumo em 2020, conduzindo a exportações líquidas de gás natural – isso apesar do aumento no consumo doméstico, que a EIA espera que continue à medida que o gás natural substitui o carvão nos setores energético e industrial dos Estados Unidos.

#### Fontes renováveis

Igualmente, a geração de energia renovável nos Estados Unidos deve crescer, embora sua contribuição para a geração de energia permaneça pequena. Previsões da EIA apontam que a geração de energia renovável crescerá de 13%, em 2011, para 16%, em 2040<sup>7</sup>. Grande parte desse aumento deve ser impulsionado pela energia solar, pois a previsão mais recente da EIA foi mais cética do que a anterior quanto aos biocombustíveis.

#### O que esperar do segundo mandato do presidente Obama?

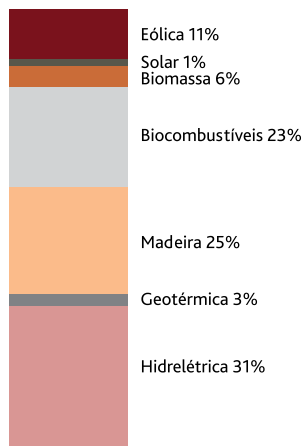
A menos que ocorram novos grandes desastres energéticos que provoquem moratórias adicionais sobre a prospecção de petróleo, as tendências de produção e consumo energético nos Estados Unidos devem continuar como estão. Há muito em jogo economicamente para o presidente e seus aliados Democratas colocarem em risco esse ponto de sucesso na economia estadunidense. Regulamentações pendentes nos Estados Unidos têm o potencial de acelerar algumas tendências – como a transição para o gás natural para a geração de energia e uso industrial –, porém os cronogramas prolongados de implementação dessas regulamentações tornam improváveis, no curto prazo, mudanças rápidas e alterações significativas nos mercados energéticos.

Alguns desdobramentos posteriores à eleição, entretanto, nos permitem avaliar a direção geral da administração Obama nos próximos quatro anos. Em seu discurso inaugural, por exemplo, Obama colocou as mudanças climáticas como uma prioridade maior do que a observada nos últimos anos. Ilustração disso é que o presidente dedicou aproximadamente 10% de seu discurso inaugural às mudanças climáticas, demonstrando uma clara reafirmação da primazia da temática em seu segundo mandato.

“Alguns podem ainda negar as evidências científicas, mas ninguém pode evitar o impacto devastador de furiosas queimadas, secas e tempestades. O caminho rumo às fontes renováveis de energia será longo e, às vezes, difícil. Mas não podemos resistir a essa transição. Devemos liderá-la. Não podemos ceder a outras nações a tecnologia que gerará novos empregos e novas indústrias. Devemos reivindicar esses frutos. Assim manteremos nossa vitalidade econômica e nosso tesouro nacional, nossas florestas e rios, nossas terras de cultivos e montanhas”<sup>8</sup>, discursou Obama.

Outra evidência relativa ao direcionamento da política energética na segunda administração Obama é a nomeação de Sally Jewell para substituir o secretário de Interior Ken Salazar. O passado de Jewell sugere que dará continuidade às políticas ambientais extremamente agressivas implementadas durante o primeiro mandato de Obama. Como explica a colunista do jornal *Wall Street*, Kimberley Strassel: “[l]onge de ser uma escolha criativa, Jewell é apenas a mais recente integrante da equipe de ideólogos leais a Obama em seu segundo mandato. De fato, o histórico (relativamente desconhecido) de Jewell na seara ambiental e suas prescrições políticas liberais conduziram à sua escolha por Obama.

### Consumo de energia renovável nos Estados Unidos



Fonte: Annual Energy Review 2010

O presidente sabe que pode confiar em Jewell para fazer pelo governo federal exatamente o que fez como ativista: bloquear terras, perseguir indústrias e acabar com empregos tradicionais"<sup>9</sup>.

Strassel resalta algumas das posições ambientais mais extremas que Jewell adotou no passado, incluindo o forte apoio à Regra de Conservação das Áreas Sem Rodovias (*Roadless Area Conservation Rule*) da administração Clinton, bem como seu papel na canalização de fundos para algumas das organizações ambientais mais radicais dos Estados Unidos, tais como a Earthjustice.

Finalmente, em seu discurso ao Congresso, em 12 de fevereiro de 2013, o presidente manifestou apoio muito mais forte à legislação de combate às mudanças climáticas do que o demonstrado em anos anteriores: "é verdade que um único evento não faz uma tendência. Mas o fato é que os 12 anos mais quentes já registrados foram vivenciados ao longo dos últimos 15 anos. Ondas de calor, secas, queimadas e enchentes são agora mais frequentes e intensas. Podemos escolher acreditar que a Supertempestade Sandy, as secas mais severas em décadas e as piores queimadas já registradas em alguns de nossos estados foram somente uma estranha coincidência. Ou podemos escolher acreditar nas evidências científicas e agir – antes que seja tarde"<sup>10</sup>.

Mas Obama foi além: "[e]u insisto que o Congresso busque uma solução bipartidária e baseada no mercado para as mudanças climáticas, aos moldes da proposta conjunta apresentada por John McCain e Joe Lieberman alguns anos atrás. No entanto, se o Congresso não agir logo para proteger as futuras gerações, eu agirei. Meu Gabinete estará empenhado em apresentar ações executivas que possam ser tomadas, agora e no futuro, para reduzir a poluição, preparar nossa comunidade para as consequências das mudanças climáticas e acelerar a transição para fontes de energia mais sustentáveis"<sup>11</sup>.

São muitas as questões a serem respondidas ao longo do segundo mandato de Obama. A administração irá ou não cumprir sua meta, frequentemente declarada, de remoção dos subsídios concedidos aos produtores de petróleo e gás?<sup>12</sup> A administração conseguirá persuadir um Congresso conservador quanto a questões relacionadas à dívida pública a manter os subsídios para o desenvolvimento de tecnologia voltada à geração de energia renovável e produção de carros elétricos?<sup>13</sup> O redirecionamento do oleoduto Keystone XL será ou não aprovado? E sobretudo: o governo federal implementará ou não a regulamentação do fraturamento hidráulico – tecnologia central por trás do incrível aumento na produção de gás de xisto e liquefeito?

Em abril de 2012, a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, sigla em inglês) introduziu regulamentações para controlar as emissões de poluição atmosférica derivadas do fraturamento hidráulico<sup>14</sup>, e ambientalistas estão pressionando a EPA a implementar controles federais mais severos no uso e descarte da água, bem como a exigir a divulgação de informações confidenciais sobre os produtos químicos utilizados no fraturamento hidráulico<sup>15</sup>. No entanto, o aumento dos níveis de regulamentação federal sobre o fraturamento hidráulico poderia reduzir o ritmo de crescimento desse componente gradualmente importante no mercado de energia dos Estados Unidos.

---

*Outra questão que poderia alterar a trajetória do consumo de energia nos Estados Unidos (...) é um potencial imposto sobre o carbono.*

---

Outra questão que poderia alterar a trajetória do consumo de energia nos Estados Unidos (e possivelmente forçar uma harmonização com o Canadá) é um potencial imposto sobre o carbono. Embora o presidente tenha afirmado que sua administração não proporia a instituição desse imposto<sup>16</sup>, há quem afirme, assim como o político e militante anti-impostos Grover Norquist, que o imposto sobre o carbono é um componente inevitável

de qualquer acordo de larga escala para controlar questões de débito e déficit nos Estados Unidos<sup>17</sup>.

A administração Obama propôs e seguiu uma agenda anti-combustíveis fósseis, porém teve sucesso limitado em sua implementação. Com raras exceções, como os padrões mais rigorosos de economia de combustível veicular, os interesses energéticos do setor privado garantiram que a produção e exportação de energia nos Estados Unidos aumentassem significativamente. A própria EIA, órgão governamental, espera que essa tendência continue pelas próximas décadas.

- 
- ① Disponível em: <<http://1.usa.gov/f2YDT2>>
  - ② Disponível em: <<http://1.usa.gov/U8st2M>>
  - ③ Ver: U.S. Energy Information Administration. *Short-Term Energy Outlook*. Washington: EIA, 2012. Disponível em: <<http://1.usa.gov/uCp6dz>>
  - ④ U.S. Energy Information Administration. *Today in Energy*. Washington: EIA, 2012. Disponível em: <<http://1.usa.gov/Sm0cUQ>>
  - ⑤ Ver: Tabela 1.2, "Primary Energy Production by Source – selected years, 1949-2011", no relatório *Annual Energy Review 2011*. Washington: EIA, 2011. Disponível em: <<http://1.usa.gov/X1D1UT>>
  - ⑥ Ver: U.S. Energy Information Administration. *Annual Energy Outlook 2013 Early Release Overview*. Washington: EIA, 2012. Disponível em: <<http://1.usa.gov/RC3I1H>>
  - ⑦ Disponível em: <<http://1.usa.gov/RC3I1H>>
  - ⑧ White House. *Inaugural Address by President Barack Obama*. Washington: Gabinete do Secretário de Imprensa, 2013.
  - ⑨ Disponível em: <<http://on.wsj.com/XegqUf>>
  - ⑩ Disponível em: <<http://1.usa.gov/Yc1AvL>>
  - ⑪ White House. *Remarks by the President in the State of the Union Address*. Washington: Gabinete do Secretário de Imprensa, 2013.
  - ⑫ Disponível em: <<http://abcn.ws/zuAwQq>>
  - ⑬ Disponível em: <<http://bit.ly/SQIREG>>
  - ⑭ Disponível em: <<http://bit.ly/J0IW8w>>
  - ⑮ Disponível em: <<http://bit.ly/SwQyjm>>
  - ⑯ Disponível em: <<http://bit.ly/Tzm5AP>>
  - ⑰ Disponível em: <<http://usat.ly/Ry6SE0>>



**Kenneth P. Green**  
Diretor-sênior de Energia e  
Recursos Naturais do Instituto  
Fraser.

## COMÉRCIO REGIONAL

# A política comercial dos Estados Unidos para a Ásia

Claude Barfield

*Ao analisar a posição (central) da Ásia na atual política comercial dos Estados Unidos, o autor conclui que, apesar dos esforços em firmar a inserção estadunidense na região, o sucesso dessa empreitada depende significativamente das negociações da Parceria Trans-Pacífico.*

A política de comércio regional dos Estados Unidos, desenvolvida desde os anos 90, é marcada por duas características principais: o objetivo de uma integração mais aprofundada do que aquela viabilizada pelas negociações multilaterais na Organização Mundial do Comércio (OMC); e uma estreita articulação entre a política econômica internacional dos Estados Unidos e suas metas mais amplas de diplomacia e segurança. Essas características são particularmente evidentes na diplomacia econômica dos Estados Unidos para a Ásia.

O primeiro passo relevante de distanciamento em relação ao foco no multilateralismo comercial foi dado na administração Bush (1989-93). James Baker, então secretário de Estado, foi a força motriz da significativa reorientação da política econômica internacional dos Estados Unidos. No que diz respeito à agenda comercial, Baker sustentava que, além da liberalização a ser promovida pelo Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT, sigla em inglês), "sistemas bilaterais e minilaterais poderiam ajudar a promover uma transição do mundo em direção a um sistema mais aberto".

O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês) tornou-se o símbolo mais importante da nova política estadunidense, mas, não muito tempo depois, a Ásia também se tornou uma prioridade. Nesse sentido, Baker rapidamente aceitou uma proposta formulada por Austrália e Japão para a implementação da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC, sigla em inglês), na qual os Estados Unidos desempenhariam um papel de liderança.

Ainda, o então secretário de Estado mostrou-se hostil à proposta feita, nesse mesmo período, pelo presidente da Malásia, Mahathir Mohamad, para a realização de uma Convenção Econômica do Leste Asiático – que somente abrangeria nações asiáticas e excluiria os Estados Unidos. Foi em resposta a Mahathir que Baker afirmou que os Estados Unidos se oporiam a qualquer "plano que objetivasse traçar uma linha no meio do Pacífico", colocando os Estados Unidos de um lado e as nações asiáticas de outro.

A administração Clinton testemunhou um breve momento unipolar quando a Guerra Fria terminou e o poder econômico e militar dos Estados Unidos se tornou incontestado. Na Ásia, o Japão iniciava um longo declínio econômico, e a China enfrentava desafios nas esferas da economia e segurança. Esse cenário era oportuno para os Estados Unidos, que alçou a APEC à condição de prioridade comercial e intensificou as políticas mercantilistas de exportação. No entanto, o fracasso do presidente Clinton em conferir à APEC um *status* de área de livre comércio baseada na reciprocidade resultou em um declínio temporário da liderança estadunidense na construção de uma nova arquitetura regional asiática.

Na maior parte da administração de George W. Bush, os atentados de 11 de setembro e os conflitos no Oriente Médio deram a tônica da política econômica internacional dos Estados Unidos. Embora a política regional para a Ásia aparentasse estar sem rumo ao longo desses anos, a região desempenhou papel crucial em duas inovações estratégicas instituídas pelo representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR, sigla em inglês), Robert Zoellick. A primeira foi a doutrina de "liberalização competitiva" – slogan que sinalizava que a administração Bush estava comprometida em negociar tratados de livre comércio (TLCs) bilaterais, minilaterais e regionais, de acordo com a oportunidade. Zoellick

## A TPP em números:

11

número de países

650 milhões

número de pessoas

US\$ 21 trilhões

PIB conjunto

argumentava que, por si só, o enorme mercado estadunidense era capaz de desencadear um processo competitivo em direção ao livre comércio global.

O segundo distintivo da política comercial dos Estados Unidos foi a articulação – pública e explícita – entre a política comercial e a política externa geral e de segurança. Zoellick declarou que, ao escolher potenciais parceiros para TLCs, a administração Bush buscava a cooperação em política externa e de segurança. No que toca à Ásia, Zoellick via os TLCs como uma forma de superar o impasse no âmbito da APEC. Por esse motivo, a administração Bush firmou TLCs com Cingapura e Austrália, iniciou negociações com Tailândia e Malásia (posteriormente suspensas) e, mais significativamente, negociou um TLC com a Coreia do Sul (ratificado em 2011). Por razões de política externa, as negociações com a Austrália foram priorizadas, ao passo que a Nova Zelândia foi preterida devido à sua firme oposição à invasão do Iraque pelos Estados Unidos.

### A administração Obama

Embora a política externa de Obama seja, em muitos aspectos, diferente da administração de seu antecessor, em ambas as gestões considerações nas áreas de diplomacia e segurança desempenharam um papel fundamental na determinação da política comercial. Ao assumir o cargo, parecia improvável que o presidente Obama avançaria na política comercial: o Partido Democrata estava profundamente dividido em questões comerciais; e, durante sua campanha de 2008, Obama manifestou publicamente sua oposição ao NAFTA e aos TLCs bilaterais celebrados pelos Estados Unidos após 1994.

Contudo, no final de 2009, pressões econômicas e diplomáticas pressionaram por uma profunda reorientação da política comercial estadunidense em relação à Ásia. Na frente econômica, apesar da contenção da crise financeira, os efeitos desta ainda eram sentidos por meio da recessão e das altas taxas de desemprego. O presidente recorreu então à política comercial, na tentativa de alavancar a economia dos Estados Unidos. Especificamente, a administração Obama anunciou a Iniciativa Nacional de Exportação, com vistas a dobrar as exportações estadunidenses em 5 anos – sendo o elemento central dessa iniciativa a conclusão dos TLCs pendentes com Colômbia, Coreia do Sul e Panamá –, e a intenção de dar continuidade à negociação da Parceria Trans-Pacífico (TPP, sigla em inglês), herdada da administração Bush.

Embora os fatores econômicos tenham sido importantes, os componentes decisivos na formulação da política da gestão Obama para a Ásia foram os crescentes desafios em matéria de diplomacia e segurança na região. Poucos meses após Obama ter assumido o governo, a Coreia do Norte intensificou a tensão na península coreana ao conduzir um teste nuclear e ao lançar duas séries de mísseis de curto alcance no Mar do Japão. No esforço de mostrar concretamente seu apoio à Coreia do Sul, Obama decidiu concluir as negociações do TLC bilateral com o país, até então estagnadas.

### O "pivô" asiático

Desde o início, a administração Obama foi forçada a reagir a alterações na estrutura de poder na Ásia. A primeira viagem internacional da secretária de Estado Hillary Clinton não foi – como de costume – para a Europa, mas para a Ásia. Em seus discursos e comentários nos primeiros meses da gestão Obama, Hillary Clinton afirmou que os Estados Unidos estavam “de volta” à Ásia, admitindo a intenção de perseguir um “compromisso e engajamento mais rigorosos”. Em poucos meses, os Estados Unidos concluíram o Tratado de Amizade e Comércio com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN, sigla em inglês), preparando o caminho para a adesão à Cúpula do Leste Asiático. Após 2009, Clinton fez nove viagens à Ásia – mais do que para qualquer região do mundo.

Como se sabe, mudanças significativas nas políticas doméstica, externa e econômica demandam um imprimátur presidencial. Nesse sentido, a viagem de nove dias de Obama pela região em 2011 representou a pedra angular do que ficou conhecido como o “pivô asiático” dos Estados Unidos. Começando pelo Havaí, onde foi sediada a reunião dos líderes da APEC, o presidente seguiu para a Indonésia, onde se reuniu com líderes da ASEAN e se tornou o primeiro presidente estadunidense a participar da Cúpula do Leste Asiático.

Na Austrália, Obama fez um de seus pronunciamentos mais importantes, reafirmando o compromisso dos Estados Unidos com a Ásia: "os Estados Unidos constituem uma potência do Pacífico, e nós estamos aqui para ficar", declarou. Mais tarde, o presidente e a primeira-ministra australiana anunciaram um novo acordo de segurança por meio do qual os Estados Unidos transfeririam um grupo rotativo de 2.500 militares, estabelecendo uma presença simbólica importante no mar do Sudeste asiático.

### **A Parceria Trans-Pacífico**

Apesar da forte importância simbólica da presença militar dos Estados Unidos na região, a TPP foi o tema de maior repercussão durante as viagens do presidente para a Ásia em 2011 e 2012. A Parceria é o indicador mais relevante da habilidade dos Estados Unidos de reafirmar sua liderança na formação da arquitetura econômica do Leste asiático. Mas o que é a TPP e quais são seus objetivos e cronograma?

Atualmente, a TPP é composta de onze países, que constituem uma área de livre comércio com 650 milhões de pessoas e aproximadamente US\$ 21 trilhões em atividade econômica. Caso a Coreia do Sul e o Japão assinem o acordo no próximo ano – como é esperado –, a zona de livre comércio expandirá para um produto interno bruto (PIB) combinado de US\$ 26 trilhões e constituirá um bloco comercial de mais de US\$ 10 trilhões em bens e serviços. O objetivo principal da TPP é servir de pilar para a criação de um futuro Acordo de Livre Comércio da Ásia-Pacífico, que reuniria, no mínimo, todas as nações da APEC.

Substantivamente, a TPP tem sido denominada como o primeiro "acordo do século XXI". Se bem sucedida, colocará em prática regras comerciais internacionais para diminuir ou eliminar barreiras alfandegárias à competição estrangeira. Nos 29 capítulos em negociação estão inseridas regras para tornar contratos de compras governamentais mais abertos, liberalizar o setor de serviços (como telecomunicações, bancos e contabilidade), além de disposições sobre regulamentos não discriminatórios em matéria de saúde e segurança, competição leal com empresas públicas e parâmetros mínimos para o investimento estrangeiro direto.

Apesar da ênfase na reforma regulatória do século XXI, ainda persistem questões comerciais do século XX, que serão difíceis de solucionar. Para os Estados Unidos, os maiores desafios derivam da adoção de regime protecionista e da aplicação de subsídios a açúcar, laticínios e algodão, do estabelecimento de regras de origem que prejudicam o setor de vestuário e, finalmente, das demandas de sindicatos trabalhistas pela intervenção nas leis laborais dos parceiros comerciais da TPP. No fim, a chave para o sucesso parece resumir-se no dilema entre a pretendida liberalização do século XXI e o antiquado protecionismo do século XX.

Muito se discute quanto à capacidade dos Estados Unidos e de seus parceiros da TPP de alcançar compromissos conclusivos – mesmo porque, no final de 2012, o governo chinês assumiu a liderança em um caminho alternativo para a liberalização comercial intra-asiática, com o lançamento de negociações para o estabelecimento de uma Parceria Econômica Regional Abrangente. Essas negociações incluem todos os países da ASEAN, além de Austrália, China, Coreia do Sul, Índia, Japão e Nova Zelândia – mas não os Estados Unidos.

Além disso, considerando que a TPP é intrinsecamente vinculada ao sucesso do aclamado "pivô asiático" dos Estados Unidos, o eventual fracasso na conclusão das negociações terá implicações negativas generalizadas para muito além da política comercial. Por essa razão, é fundamental que o presidente Barack Obama use seu capital político recentemente adquirido para levar a TPP à linha de chegada. Afinal, uma grande parcela de seu legado depende disso.



**Claude Barfield**

Especialista do American Enterprise Institute e ex-professor da Universidade de Yale. Atualmente está envolvido com estudos sobre a TPP e o regionalismo no Leste asiático.



## INTEGRAÇÃO REGIONAL

# Os Estados Unidos e a América do Sul no início da segunda década

José Luís Fiori

*Neste artigo, o autor traça um panorama da estratégia de inserção dos Estados Unidos na conjuntura internacional do pós-Guerra Fria até os dias atuais para, nesse contexto, discutir algumas alternativas colocadas ao Brasil como líder na América do Sul.*

Como resposta à crise da década de 1970, os Estados Unidos redefiniram sua estratégia geopolítica e econômica internacional. No início, houve uma reaproximação diplomática em direção à China, que envolveu a retirada estadunidense do Vietnã e o redesenho do equilíbrio de poder no Sudeste asiático. Essa estratégia também permitiu o cerco e a destruição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, por conseguinte, o fim da Guerra Fria.

Paralelamente, os Estados Unidos abandonaram o sistema de Bretton Woods – criado pelo próprio país – e promoveram a progressiva desregulação de seu mercado financeiro, dando início a um longo processo de “redivisão” internacional do trabalho. Já nas décadas de 1980 e 1990, os grandes “milagres econômicos” da Guerra Fria perderam centralidade, e a China e o Sudeste asiático assumiram a condição de novo dínamo da acumulação capitalista mundial, ao lado, evidentemente, dos Estados Unidos.

Até os primeiros anos do século XXI, o mundo viveu uma situação de aparente unipolaridade. No entanto, a vitória de 1991 não foi apenas dos Estados Unidos: foi também uma vitória política da Alemanha unificada e da China; e representou uma perda de posição relativa da França, da Grã Bretanha e do Japão. Por outro lado, o desaparecimento da URSS e o fortalecimento da China obrigaram a Índia a assumir uma nova postura internacional, e a própria desconstrução da URSS trouxe de volta ao jogo internacional a velha Rússia, na condição de uma potência derrotada, que luta para reconquistar o seu território e a sua antiga “zona de influência”.

É importante ter presente que, mesmo após sua contundente vitória na Guerra Fria, os Estados Unidos seguiram expandindo seu poder internacional e construíram uma estrutura de poder militar global. Ao mesmo tempo, o poder da economia e dos mercados financeiros estadunidenses impôs aos “mercados globais”, um novo sistema monetário internacional, baseado no dólar e sem nenhum tipo de base metálica – apoiado apenas na “credibilidade” do poder global e da dívida pública dos Estados Unidos. Como consequência, nas duas últimas décadas, esse país acumulou poder e riqueza em uma velocidade sem precedentes na história do sistema capitalista mundial.

Por isso, mesmo no contexto da crise financeira de 2008, não faz sentido falar em “crise final” dos Estados Unidos, muito menos do capitalismo. Mesmo o “declínio relativo” do poder estadunidense com relação ao crescimento da importância econômica e política da China não deve deslocar, nas próximas décadas, os Estados Unidos da posição de pivô no sistema mundial. Pelo contrário: tudo indica que o país se transformou na cabeça de um sistema de poder global que está atravessando, neste início de século XXI, as dificuldades e incertezas produzidas pela mudança de sua condição de “potência hegemônica”, até a década de 1970, para a condição de “potência imperial”, após 1991.

Esse novo estatuto imperial, somado à sua política interna de austeridade fiscal – induzida pela crise financeira de 2008 –, levou os Estados Unidos a adotarem uma nova forma de administração de seu poder global, cada vez mais arbitral e “terciarizada”. Isso ocorreu por meio da promoção ativa das divisões e dos “equilíbrios de poder” regionais, segundo o modelo clássico da administração imperial da Grã Bretanha, e realizando intervenções diretas e apenas em última instância.

Taxa de Variação do PIB  
em 2013 (estimativa)

**3,9%**

Argentina

**4,0%**

Brasil

**4,8%**

Chile

**8,5%**

Paraguai

**2,0%**

Venezuela

Fonte: Cepal

De qualquer maneira, é impossível prever exatamente como será o desenvolvimento desse novo tipo de "império", pois ele não é colonial e terá que conviver com 195 Estados soberanos e economias nacionais com assento nas Nações Unidas. É certo que a própria expansão do poder estadunidense seguirá criando e fortalecendo novas potências emergentes que acabarão competindo entre si e com os próprios Estados Unidos, no longo prazo. Assim, do ponto de vista estadunidense, o essencial é impedir que alguma potência regional ameace a sua posição de árbitro em última instância ou se proponha a desafiar a supremacia naval e aérea dos Estados Unidos.

Esse jogo de xadrez, extremamente complicado, será jogado ao longo da próxima década: de um lado, os Estados Unidos se distanciando e somente intervindo em última instância; de outro, as demais potências regionais, tentando escapar do "cerco estadunidense" e lutando para impedir que seus vizinhos conquistem posições hegemônicas dentro de sua própria região. Isso não acontecerá sem conflitos e guerras localizadas, mas não está no horizonte a possibilidade de uma "guerra hegemônica".

Da mesma forma, não se deve excluir a possibilidade de novas crises financeiras, como a de 2008: no novo sistema monetário e financeiro internacional, que se globalizou após 1991, toda crise financeira interna da economia dos Estados Unidos deverá – em maior ou menor grau – atingir a economia mundial pela corrente sanguínea do "dólar flexível" e das finanças globalizadas. Mas tais crises não deverão atingir a posição de liderança monetária e financeira dos Estados Unidos enquanto o governo e os capitais estadunidenses puderem repassar seus custos a terceiros países e puderem manter o seu controle monopólico da inovação tecnológica.

A nova engenharia da economia mundial – criada pela associação entre as economias estadunidense e chinesa – contribuiu para transformar a China em uma economia nacional com enorme poder de gravitação sobre a economia mundial. Essa nova distribuição da riqueza e do poder econômico já aumentou a intensidade da competição interestatal e intercapitalista, atingindo a economia europeia e promovendo uma nova "corrida imperialista" na África. Apesar de tudo, não está no horizonte da próxima década uma "guerra hegemônica" entre as grandes potências.

Por fim, o Brasil já ingressou no rol dos Estados e das economias nacionais que fazem parte do "caleidoscópio central" do sistema, no qual todos competem com todos e todas as alianças são possíveis em função dos objetivos estratégicos do país e de sua própria proposta de mudança do sistema internacional. Essa posição brasileira deverá pesar decisivamente nos rumos da América do Sul, bem como em seu projeto de integração política e econômica.

---

*não se deve excluir a possibilidade de novas crises financeiras(...) Mas tais crises não deverão atingir a posição de liderança monetária e financeira dos Estados Unidos enquanto o governo e os capitais estadunidenses puderem repassar seus custos a terceiros países e puderem manter o seu controle monopólico da inovação tecnológica.*

---

#### **A integração da América do Sul**

Na história do desenvolvimento sul-americano após a II Guerra Mundial, o projeto de integração do continente nunca constituiu uma política de Estado: surgiu como se fosse uma utopia "sazonal", que se fortalece ou enfraquece dependendo das flutuações da

## US\$ 800 bilhões

PIB de Chile, Colômbia e Peru

## US\$ 2,48 trilhões

PIB do Brasil

Fonte: Banco Mundial

economia mundial e das mudanças de governo, dentro da própria América do Sul. Na primeira década do século XX, os novos governos de esquerda do continente, somados ao crescimento generalizado da economia mundial, entre 2001 e 2008, reavivaram e fortaleceram o projeto integracionista – em particular o Mercado Comum do Sul (Mercosul), liderado por Brasil e Argentina.

Depois da crise de 2008, entretanto, esse cenário mudou: a América do Sul recuperou-se rapidamente, puxada pelo crescimento chinês, mas esse sucesso de curto prazo trouxe de volta e vem aprofundando algumas características seculares da economia sul-americana, que sempre obstaculizaram e dificultaram o projeto de integração: o fato de ser uma somatória de economias primário-exportadoras paralelas e orientadas pelos mercados externos.

Essa situação de desaceleração ou impasse do "projeto brasileiro" de integração sul-americana explica, em parte, o entusiasmo da grande imprensa econômica internacional e o sucesso, entre os ideólogos liberais latino-americanos, da nova Aliança do Pacífico, bloco comercial competidor do Mercosul. Inaugurado pela Declaração de Lima, de abril de 2011, e sacramentado pelo Acordo-Marco de Antofagasta (junho de 2012), a Aliança é formada por Chile, Colômbia, México e Peru – quatro países com economias exportadoras de petróleo ou minérios e adeptos do livre comércio e das políticas econômicas ortodoxas.

Contudo, o entusiasmo ideológico ou geopolítico por vezes encobre alguns dados elementares. O primeiro é que os quatro membros da "nova aliança" já haviam assinado acordos prévios de livre comércio com os Estados Unidos e com um grande número de países asiáticos. O segundo e mais importante é que, desde a incorporação do México ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês), em 1994, o país se transformou em parte inseparável da economia estadunidense. Em terceiro lugar, os três países sul-americanos que compõem o novo bloco possuem territórios isolados por montanhas e florestas tropicais e são pequenas ou médias economias costeiras e de exportação, com escassíssimo relacionamento comercial entre si, ou com o México.

O Chile é o único desses três países que possui um clima temperado e terras produtivas, mas é quase irrelevante para a economia sul-americana, além de ser um dos países mais isolados do mundo. A soma do produto interno bruto (PIB) dos três é de aproximadamente US\$ 800 bilhões – menos de  $\frac{1}{3}$  do PIB brasileiro e menos de  $\frac{1}{4}$  do PIB do Mercosul. Ademais, o crescimento econômico recente de Chile, Colômbia e Peru foi quase igual àquele apresentado por Equador e Bolívia – países que também são andinos, não pertencem ao novo bloco, se opõem às políticas e reformas neoliberais e devem ingressar no Mercosul em breve, como já passou com a Venezuela.

---

*o país será sempre uma periferia dos grandes centros econômicos (...) Mas o Brasil possui a capacidade e possibilidade de construir um caminho alternativo e novo dentro da América do Sul de alguma forma similar ao da economia estadunidense*

---

À guisa de conclusão, é possível afirmar com toda certeza que esse "cisma do Pacífico" possui mais importância ideológica do que econômica dentro da América do Sul e seria quase insignificante politicamente não fosse o fato de se tratar de uma pequena fatia do projeto Obama de criação da Parceria Trans-Pacífico (TPP, sigla em inglês), peça central de sua política de reafirmação do poder econômico e militar na região do Pacífico. Desde 2010, o presidente Obama tem insistido em que os Estados Unidos são uma "nação do Pacífico", que se propõe a exercer um papel central e de longo prazo no controle geopolítico e econômico dos dois lados do Pacífico, no Oceano Índico e no Sul da Ásia. De acordo com a revista *Foreign Affairs*, "se as negociações renderem frutos, a TPP crescerá

bilhões à economia dos Estados Unidos e consolidará o compromisso político, financeiro e militar de Washington com o Pacífico ao longo das próximas décadas"<sup>1</sup>.

### O Brasil e o futuro da América do Sul

Seja como for, uma coisa é certa: a possibilidade de sucesso de uma alternativa sul-americana mais autônoma e soberana dependerá cada vez mais das escolhas brasileiras. Todavia, o Brasil também enfrenta desafios substantivos neste momento.

Primeiramente, do ponto de vista econômico, o mais fácil é que o Brasil siga o caminho indicado pelos mercados e pelos grandes investidores financeiros internacionais. Neste caso, o Brasil poderá transformar-se em uma economia exportadora de petróleo, alimentos e *commodities* – uma espécie de "periferia de luxo" das grandes potências compradoras do mundo, como já o foram Austrália e Canadá, mesmo depois de sua industrialização. Neste caso, entretanto, o Brasil nunca poderá se transformar em uma "locomotiva continental": o país será sempre uma periferia dos grandes centros econômicos e um competidor com relação a seus vizinhos. Mas o Brasil possui a capacidade e possibilidade de construir um caminho alternativo e novo dentro da América do Sul de alguma forma similar ao da economia estadunidense, dotada de autossuficiência energética, recursos naturais estratégicos e que soube combinar uma indústria de alto valor agregado, com um setor produtor de alimentos e *commodities* de alta produtividade.

Em segundo lugar, do ponto de vista de sua política de defesa, o Brasil tem pelo menos duas alternativas: ou se mantém na condição de sócio preferencial dos Estados Unidos e garante a administração colegiada de sua supremacia sul-americana; ou luta para aumentar sua capacidade de decisão estratégica autônoma, mediante uma política hábil e determinada de complementaridade e competitividade crescente com os Estados Unidos. O governo estadunidense tem feito acenos para o Brasil nessa direção, e setores importantes das elites brasileiras apoiariam um grande acordo com os Estados Unidos, que envolvesse a entrada do Brasil na nova zona de livre comércio patrocinada pelo governo Obama.

Mas se o Brasil aceitar participar da TPP, estaria abrindo mão do projeto Mercosul e estaria fazendo uma opção definitiva pela condição de "periferia de luxo" do sistema econômico mundial, bem como pela condição de sócio menor da estratégia estadunidense de poder global, além de estar se envolvendo em uma disputa regional – que não lhe interessa – entre Estados Unidos, Japão e China, pela hegemonia do Leste asiático e do Pacífico Sul.

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://fam.ag/LbPYlk>>.



**José Luís Fiori**

Professor titular de Economia Política Internacional da UFRJ. É autor dos livros *O Poder Global* e *a Nova Geopolítica das Nações* (2007); e *O Mito do Colapso do Poder Americano* (2008). Coordena o Grupo de Pesquisa do CNPQ/UFRJ, "*O Poder Global e a Geopolítica do Capitalismo*".

## COMÉRCIO BILATERAL

# Brasil-Estados Unidos no segundo governo Obama

Diego Bonomo

*Partindo da ideia de que, no segundo mandato de Barack Obama, a agenda comercial constituirá o principal pilar da relação dos Estados Unidos com o Brasil, o autor analisa alguns pontos da agenda bilateral que deverão adquirir destaque – seja pela expectativa de convergência ou pela possibilidade de atritos.*

A reeleição do presidente Barack Obama, aliada ao esforço de retomada do crescimento econômico nos Estados Unidos, deverá consolidar a agenda comercial como o principal pilar da relação do país com o Brasil. Nos próximos quatro anos, o governo Obama deverá adotar postura mais ambiciosa em temas de política econômica internacional – sobretudo negociações comerciais –, e o mercado brasileiro permanecerá como prioridade estadunidense. Nesse sentido, os Estados Unidos apontam para a trajetória que deverá, também, ser seguida pelo governo brasileiro, já que, diante do baixo crescimento do país nos últimos dois anos, a presidente Dilma Rousseff dará ainda mais atenção aos temas econômicos e comerciais em seus dois anos finais de mandato.

## Comércio e investimento

A relação comercial entre Brasil e Estados Unidos tem mostrado grande vigor. Em 2012, o fluxo bilateral de comércio em bens atingiu o recorde histórico de US\$ 75,8 bilhões, quase 17% superior ao pico de US\$ 63,2 bilhões, anteriormente à crise econômica de 2008 e 2009. No ano passado, os Estados Unidos exportaram US\$ 43,7 bilhões ao Brasil e importaram US\$ 32,1 bilhões do país, mantendo, pelo quinto ano consecutivo, sua posição de superávit na balança comercial bilateral. Em meia década, os Estados Unidos já acumularam US\$ 41,7 bilhões em saldo positivo, montante superior aos US\$ 35,9 bilhões acumulados pelo Brasil entre 2002 e 2007, período do boom exportador brasileiro. No entanto, o saldo acumulado estadunidense corresponde a apenas 13% do fluxo comercial total no período, ao passo que o saldo brasileiro de 2002-2007 correspondeu a cerca de 16% do comércio bilateral total.

No que diz respeito a serviços, o fluxo bilateral também atingiu recorde histórico de US\$ 28,7 bilhões em 2011. Naquele ano, os Estados Unidos exportaram US\$ 21,7 bilhões ao Brasil e importaram US\$ 6,9 bilhões do país. Não houve sequer queda no comércio de serviços durante a crise econômica de 2008 e 2009. Os Estados Unidos mantêm sua posição de superávit na balança bilateral, e suas exportações para o mercado brasileiro têm, nos últimos cinco anos, crescido de forma mais acelerada do que as exportações do Brasil para o mercado estadunidense.

Outro aspecto emergente da relação bilateral é o comércio de direitos de propriedade intelectual. Em 2011, o fluxo bilateral atingiu US\$ 4,8 bilhões, na forma de pagamentos de *royalties* e licenças para uso de patentes. Desse montante, os Estados Unidos exportaram US\$ 3,7 bilhões ao Brasil e importaram US\$ 1,1 bilhão do país.

Quando comparado a outros países emergentes, o Brasil adquire destaque em suas trocas com os Estados Unidos: o comércio bilateral em bens entre os dois países representa apenas um sétimo do fluxo comercial entre China e Estados Unidos, mas é superior àquele entre os Estados Unidos e a Índia. Em serviços, a situação é a mesma. Já em direitos de propriedade intelectual, o comércio Brasil-Estados Unidos é superior àquele com China e Índia.

No que toca a investimento direto estrangeiro, a relação bilateral é ainda mais sólida. Em 2011, o estoque de investimento direto estadunidense no Brasil atingiu US\$ 71,1 bilhões, superior aos US\$ 54,2 bilhões na China e aos US\$ 24,7 bilhões na Índia. Do mesmo modo, o investimento direto brasileiro nos Estados Unidos atingiu US\$ 5 bilhões em 2011 – superior aos US\$ 4,9 bilhões da Índia e aos US\$ 3,8 bilhões da China. Hoje,

## US\$ 4 bilhões

Investimentos brasileiros nos Estados Unidos em 2011

## US\$ 9,8 bilhões

Investimentos estadunidenses no Brasil em 2011

Fonte: Câmara Americana de Comércio no Brasil

as principais multinacionais brasileiras possuem investimentos significativos no mercado estadunidense, em setores como aeronáutico (Embraer), citricultura (Cutrale), papel e celulose (Suzano), petróleo e gás (Petrobras), petroquímica (Braskem), proteína animal (JBS e Marfrig), siderurgia (Gerdau), têxtil e vestuário (Coteminas) e tecnologia da informação e comunicação (Stefanini).

### Setor privado e governo

Embora a relação comercial e de investimento entre Brasil e Estados Unidos seja sólida, sua expansão foi liderada quase de forma exclusiva pelos setores privados dos dois países. Nas últimas duas décadas e, em particular, nos últimos cinco anos, houve pouca ação conjunta por parte dos dois governos para reformar o marco regulatório bilateral e, como consequência, acelerar o fluxo de comércio e investimento. As políticas públicas e reformas que ampliaram oportunidades de negócios para as empresas dos dois países foram executadas por razões domésticas e não como resultado de negociações bilaterais. Brasil e Estados Unidos não têm em vigor, entre si, nenhum dos principais instrumentos para a promoção de comércio e investimento<sup>2</sup>.

Desde o fim da Guerra Fria, as relações econômicas entre os dois países passaram por três fases distintas. A primeira – de 1989 até meados da década de 2000 – foi marcada pela tentativa de execução de grandes projetos hemisféricos liderados pelos Estados Unidos, dos quais a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi o mais ambicioso. A segunda – do início da década de 2000 até o início da crise econômica de 2008 e 2009 – foi caracterizada pela ação simultânea dos governos brasileiro e estadunidense de negociar acordos comerciais bilaterais com países do hemisfério e, ao mesmo tempo, negociar no âmbito da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) tanto a resolução de disputas (algodão) e fricções comerciais (etanol e patentes farmacêuticas) quanto os chamados “temas sistêmicos” – temas de política comercial de difícil compromisso no âmbito da ALCA, mas factíveis no nível multilateral, como regras sobre compras governamentais, defesa comercial, investimentos, propriedade intelectual e subsídios agrícolas.

A terceira fase, iniciada com a paralisação da Rodada Doha, em 2008, e com a exaustão do capital político e interesse econômico dos dois governos em negociar acordos comerciais bilaterais no hemisfério, é marcada por uma “não agenda” de facilitação de comércio. Na prática, os dois governos buscaram consolidar uma ampla rede de mecanismos bilaterais de diálogo para identificar, analisar e executar ações pontuais que contribuam para acelerar o fluxo de comércio e investimento sem, no entanto, exigir compromissos abrangentes de reforma do marco regulatório bilateral – e, em particular, a negociação de um amplo acordo comercial.

Em 2011 e 2012, respectivamente durante as visitas oficiais do presidente Obama à Brasília e da presidente Dilma a Washington, Brasil e Estados Unidos ampliaram e aprofundaram sua rede de mecanismos bilaterais, elevando quatro deles à condição de “diálogos de nível presidencial”: o Diálogo de Parceria Global, sobre política externa; o Diálogo Econômico e Financeiro, que inclui os temas do G-20; o Diálogo Estratégico de Energia, com foco em eficiência energética, energia nuclear, energia renovável, petróleo e gás; e o histórico Diálogo de Cooperação em Defesa. A agenda de todos esses mecanismos bilaterais inclui temas econômicos e comerciais de interesse dos dois setores privados e é complementada por outros instrumentos, como o Comitê Consultivo Agrícola, o Diálogo Comercial, a Comissão para Relações Econômicas e Comerciais, a Parceria em Aviação e o Grupo de Trabalho sobre Vistos.

Desde 2008, os dois governos vêm tentando identificar, nesses fóruns, temas de resolução rápida e resultados visíveis<sup>3</sup>. Em alguns casos, têm obtido sucesso – como na expansão da validade dos vistos para turistas e empresários (2009); na negociação de um pacote de compensações vinculado à resolução temporária da disputa do algodão (2010); na conclusão de acordo para a liberalização das rotas e frequências aéreas entre os dois países (2011); e na solução de antiga fricção comercial na área de destilados, envolvendo a cachaça brasileira e o Tennessee whiskey e o bourbon estadunidenses (2012). No entanto,



37

Países isentos de visto para os Estados Unidos

1,02 milhão

Número de vistos processados pelo governo estadunidense no Brasil em 2012

a proliferação dos diálogos aponta para, pelo menos, dois limites da agenda de facilitação de comércio: o foco excessivo em processo – uma virtude na forma como o governo estadunidense resolveu estruturar sua relação com o governo brasileiro nos últimos anos, mas que, agora, tornou-se um vício; e a dificuldade ou pouca disposição dos dois governos em realizar barganhas cruzadas (*trade-offs*) em temas econômicos e, sobretudo, comerciais.

Cabe notar, ainda, que alguns dos avanços propostos e discutidos no âmbito dos diversos mecanismos bilaterais foram atingidos não por ação coordenada dos dois governos, mas pela própria dinâmica doméstica de cada país. Esse é o caso da resolução de questões importantes para o Brasil, como a renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP) dos Estados Unidos (2011), a eliminação da tarifa adicional ao etanol brasileiro para acessar o mercado estadunidense (2011) e a revogação do *antidumping* ao suco de laranja do país (2012). No caso do Brasil, o mesmo pode ser dito sobre a reforma da legislação de preços de transferência (2012) e o lançamento da 11ª rodada para exploração e produção de petróleo e gás (2013) – temas de interesse do setor privado estadunidense.

#### Agenda para o biênio 2013-2014

Até o momento, parece haver pouca disposição por parte dos dois governos de buscar agenda mais ambiciosa na área comercial, embora confirmem prioridade ao tema. O governo Obama, no entanto, já vem adotando nova postura, sobretudo em negociações comerciais. Em seu último discurso sobre o Estado da União, o presidente Obama renovou os esforços para a conclusão do importante acordo trans-Pacífico e lançou as negociações de um histórico acordo comercial entre os Estados Unidos e a União Europeia (UE). Ainda em 2013, Obama deverá pedir ao Congresso estadunidense a renovação do *Trade Promotion Authority* (TPA), mandato para a negociação de acordos comerciais. Nesse contexto, é possível que sejam abertas aos dois governos oportunidades para a discussão dos benefícios e desafios de amplo acordo comercial entre Brasil e Estados Unidos.

Em paralelo a essa mudança de postura, a possibilidade de retomada da Rodada Doha na forma de um pacote de resultados antecipados (*early harvest*) durante a Reunião Ministerial da OMC em Bali, em dezembro de 2013, pode, também, contribuir para o progresso da agenda bilateral. Dois dos temas que devem fazer parte do pacote – novas regras sobre administração de cotas agrícolas e reforma das aduanas – são de interesse, respectivamente, dos setores privados brasileiro e estadunidense na relação entre os dois países.

---

*A aprovação do TIEA [Acordo para o Intercâmbio de Informações Tributárias] é considerada pelos governos como passo necessário para (...) um Acordo para Evitar a Dupla Tributação (ADT) – talvez o tema atual de maior interesse do setor privado dos dois países.*

---

A agenda bilateral de facilitação de comércio pode, ainda, apresentar avanços significativos em 2013. No Brasil, há expectativa de que o Senado Federal aprove o Acordo para o Intercâmbio de Informações Tributárias (TIEA, sigla em inglês), negociado por Brasil e Estados Unidos em 2007, aprovado na Câmara dos Deputados em 2010, mas, desde então, parado no Senado em razão da oposição dos bancos brasileiros. Com a entrada em vigor, em 2013, de legislação estadunidense para o mesmo fim e com aplicação extraterritorial, a aprovação do TIEA passou a ser vista como a possibilidade de o Brasil assegurar trocas recíprocas de informação ao invés da concessão unilateral com base nas exigências da nova lei dos Estados Unidos<sup>9</sup>. A aprovação do TIEA é considerada pelos governos como passo necessário para o lançamento de negociações com vistas a um Acordo para Evitar a Dupla Tributação (ADT) – talvez o tema atual de maior interesse do setor privado dos dois países.

Já nos Estados Unidos, há possibilidade de manutenção do Brasil na lista de países beneficiários do SGP, que expira em julho de 2013 e precisa ser renovado pelo Congresso estadunidense, bem como de resolução da disputa do algodão no contexto da nova lei agrícola americana – a *Farm Bill*. Ademais, há expectativa de que Brasil e Estados Unidos possam avançar em sua negociação bilateral para a eliminação recíproca dos requisitos de visto para turistas e empresários, bem como para acelerar o processo de imigração nos aeroportos dos dois países.

Por fim, cabe destacar o continuado interesse do governo Dilma em atrair investimentos estadunidenses, sobretudo para o setor de infraestrutura – aeroportos, portos, rodovias e ferrovias –, e de ter, nos Estados Unidos, o principal parceiro na execução do programa brasileiro Ciência sem Fronteiras. Embora haja pessimismo do mercado financeiro com a situação econômica do Brasil, o setor privado estadunidense – sobretudo o industrial e o de serviços não financeiros – continua a demonstrar grande interesse no mercado brasileiro, inclusive em setores como bens de consumo, defesa e segurança, energia e tecnologia da informação e comunicação. Nesse sentido, a relação comercial e de investimento entre os dois países deve continuar em expansão no próximo biênio. Resta saber se os governos buscarão agenda mais ambiciosa para reformar o marco regulatório bilateral.

- 
- ❶ Todos os dados utilizados nesta seção são do U.S. Department of Commerce Bureau of Economic Analysis.
  - ❷ Esses instrumentos incluem acordos comerciais ou de livre comércio (ALCs), acordos para promoção e proteção de investimentos (APPs) e acordos para evitar a dupla tributação (ADTs).
  - ❸ Um funcionário da Casa Branca responsável pela coordenação de todos os mecanismos bilaterais nos Estados Unidos chegou a se referir a sua própria tarefa como a de ter que “espremer” (*squeeze*) a agenda dos vários diálogos, na tentativa de alcançar resultados concretos que possam ser considerados pelos governos como progresso nas relações econômicas e comerciais entre os dois países – os chamados deliverables, no jargão diplomático.
  - ❹ Trata-se do *Foreign Account Tax Compliance Act* (FATCA).



**Diego Bonomo**

Diretor para Políticas Públicas da Seção Americana do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (CEBEU), ligada à U.S. Chamber of Commerce, em Washington.

## PREFERÊNCIAS COMERCIAIS

# A renovação do SGP nos Estados Unidos: desafios e incertezas

Célia Feldpausch

*Com a proximidade da expiração do SGP dos Estados Unidos, os debates sobre a renovação deste serão intensificados nos próximos meses. Neste artigo, a autora apresenta os principais produtos, argumentos e cenários envolvidos nesses debates, com foco nas implicações para o Brasil.*

Em vigor desde 1974, o Sistema Geral de Preferências (SGP) estadunidense, que outorga isenção tarifária unilateral às importações de países em desenvolvimento, expira em 31 de julho deste ano. Os exportadores brasileiros acompanharão atentamente o debate no Congresso sobre a renovação do programa junto aos demais 126 países beneficiários, visto que vários fatores poderão afetar o atual *status* do Brasil no referido Sistema. Considerando a situação econômica dos Estados Unidos, bem como a agenda legislativa no Congresso, o anúncio sobre a exclusão do Brasil do SGP europeu a partir de janeiro de 2014, e as novas propostas de reestruturação, cabe indagar se o Brasil corre risco de perder tal benefício. Para uma compreensão mais abrangente sobre esse quadro, é preciso considerar a conjuntura do relacionamento bilateral nessa temática.

Primeiramente, é importante ressaltar que, em 2012, o Brasil manteve a oitava posição como maior parceiro comercial dos Estados Unidos, com um comércio bilateral de US\$ 75,8 bilhões. Apesar de um déficit comercial de US\$ 11,6 bilhões em 2012, o Brasil exportou US\$ 32 bilhões para os Estados Unidos e importou US\$ 43,7 bilhões. As exportações beneficiadas pelo SGP estadunidense têm perdido importância relativa para o Brasil: se, no passado, estas respondiam por quase 25% das exportações brasileiras para os Estados Unidos, em 2011 elas representaram somente 6,8%, de acordo com dados produzidos pela Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP).

Atualmente, o SGP beneficia 4.975 produtos – dos quais 3.511 podem ser importados de todos os países beneficiários e 1.464 somente de países de menor desenvolvimento relativo. De acordo com o representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, sigla em inglês), em 2011, os produtos importados mais beneficiados pelo SGP incluíram (em milhões de dólares):

- 1 ferroligas primárias (US\$ 834)
- 2 pneus radiais (US\$ 795)
- 3 joias de prata (US\$ 665)
- 4 placas de alumínio etc. (US\$ 492)
- 5 petróleo bruto (US\$ 481)
- 6 peças de automóveis (US\$ 437)
- 7 açúcar de cana-de-açúcar não processado e produtos de confeitaria (US\$ 410)
- 8 diversos alimentos processados (US\$ 260)
- 9 luvas de borracha sem costura (US\$ 224)
- 10 louças de cerâmica para uso técnico (US\$ 203)
- 11 zinco, em formas brutas, não ligado (US\$ 154)
- 12 colares de ouro e correntes (US\$ 138)

As exportações brasileiras sob o SGP incluem árvore de “cames” e virabrequins, pedras monumentais ou de construção e artesanato desses produtos, portas de madeira, determinados motores polifásicos, partes e acessórios de veículos automóveis, certas folhas de alumínio e sucos de frutas, entre outros<sup>1</sup>. Durante o processo de revisão anual do SGP de 2012, o Brasil solicitou ao governo estadunidense uma dispensa (*waiver*) em relação à aplicação dos limites de competitividade (CNL, sigla em inglês) para ferroligas, cálcio silício<sup>2</sup>. A decisão do governo estadunidense sobre a dispensa deverá ser anunciada no final de junho ou começo de julho deste ano. O SGP também exclui da lista de produtos

## O SGP em números:

4.975

Produtos beneficiados

1.464

Produtos que podem ser importados apenas de países de menos desenvolvimento relativo

beneficiados certas importações de produtos sensíveis, tais como têxteis, determinados relógios, calçados, bolsas, malas, aço, vidro e artigos eletrônicos.

Outra questão relevante sobre o SGP é que existem dois processos pertinentes: o processo de renovação (Legislativo), que aprova o programa em si; e a revisão anual (Executivo), que cuida dos aspectos administrativos, incluindo os países e produtos que permanecerão beneficiados. Uma possível reestruturação do SGP viria por meios legislativos, e uma exclusão pelo Executivo exigiria a identificação do Brasil como violador de direitos trabalhistas, direitos de propriedade intelectual e práticas de investimentos distorcidas ao comércio, entre outros. Ainda, a Seção 502 (e) do *Trade Act* de 1974 permite ao presidente dos Estados Unidos revogar os benefícios do SGP a países classificados pelo Banco Mundial como de renda alta – como no caso da Federação de São Cristóvão e Neves (com renda *per capita* de US\$ 12.610 anuais), que foi removida do SGP em dezembro. Em 2011, o Brasil foi classificado como país de renda média alta, com uma renda *per capita* de US\$ 10.720 anuais.

O relatório publicado em janeiro pelo Serviço de Pesquisas do Congresso sobre o debate do SGP explica que, no período recente, a renovação tem sido controversa. Segundo o documento, alguns membros do Congresso afirmaram que países em desenvolvimento mais “avançados” – como Brasil e Índia – não deveriam receber benefícios do SGP e propuseram eliminar ou limitar os benefícios para que outros países de menor desenvolvimento relativo tivessem maior acesso ao mercado dos Estados Unidos. O relatório também menciona que outros congressistas sugeriram expandir o acesso livre de tarifas e cotas para todos os países de menor desenvolvimento relativo. Apesar disso, o SGP foi aprovado em 2011 sem reestruturação.

O debate do SGP no Congresso provavelmente terá início nos próximos dois ou três meses, já que sua expiração está próxima. Entre os congressistas, adquirem destaque no deslinde da questão o deputado David Camp (repúblicano de Michigan), presidente do Comitê de Assuntos Fiscais (*Ways and Means*) da Câmara; o deputado Devin Nunes (repúblicano da Califórnia), presidente do Subcomitê de Comércio do Comitê de *Ways and Means* e presidente da Bancada do Brasil no Congresso estadunidense (*Brazil Caucus*, em inglês); o senador Max Baucus (democrata de Montana), presidente do Comitê de Finanças do Senado; e o vice-presidente do Comitê de Finanças, Orrin Hatch (repúblicano de Utah). Vale a pena ressaltar que, sem exceção, a liderança dos Comitês de jurisdição financeira da Câmara e Senado, representada por seus respectivos congressistas, deseja renovar o SGP neste ano.

---

*tanto o poder Executivo como o Legislativo já se posicionaram a favor da renovação do SGP (...) a divergência não está propriamente na questão da renovação, mas sim se haverá ou não reestruturação e qual será a duração do programa.*

---

Além disso, tanto o poder Executivo como o Legislativo já se posicionaram a favor da renovação do SGP, pendendo algumas dúvidas apenas com relação à possível reestruturação do Sistema no Congresso. Questões quanto ao próprio programa ou exclusão do Brasil não necessariamente constituiriam o foco do debate. Dito de outro modo, a divergência não está propriamente na questão da renovação, mas sim se haverá ou não reestruturação e qual será a duração do programa.

A outra parte do debate inclui a lei do “auxílio para o ajuste comercial”, que causou dificuldades partidárias em 2011: na ocasião, um acordo sobre o assunto foi necessário para aprovar o SGP. A lei – apoiada veementemente pelos democratas e onerando em US\$ 106 milhões o governo estadunidense – dá assistência e treinamento para trabalhadores

## 0,8%

Porcentagem das importações feitas pelos Estados Unidos beneficiadas pelo SGP em 2011

afetados por importações. Como essa lei expira em dezembro de 2013, o assunto promete mais uma vez causar ansiedades.

A propósito dos custos, por se tratar de uma lei que dispõe sobre assuntos de receita, a proposta legislativa deverá ter início na Câmara. Dessa forma, a posição do Deputado Devin Nunes, que acaba de assumir a liderança do Subcomitê de Comércio, é deveras importante. No ano passado, Nunes apresentou um projeto de lei que vincularia questões sanitárias e fitossanitárias ao SGP. A proposta exige que o presidente estadunidense remova os benefícios do SGP para países que estejam usando barreiras sanitárias e fitossanitárias e barreiras técnicas e não técnicas, com o objetivo de impedir acesso ao mercado por produtos estadunidenses. Além disso, de acordo com essa proposta, o presidente deveria relatar anualmente ao Congresso as práticas distorcivas ao comércio por parte dos países beneficiados. Com a entrada do novo Congresso em 2013, o projeto expirou sem que sequer fosse considerado pelos integrantes da Câmara.

Nesta altura, ainda não está claro se Nunes insistirá na reestruturação do programa, mas, se escolher essa direção, analistas indicam que servirá de incentivo para outras propostas de reestruturação, como estender acesso ao setor têxtil para outros países em desenvolvimento e remover do programa as economias mais avançadas – como Brasil e Índia. Mesmo assim, uma vez que a agenda legislativa da Câmara se resume a somente 77 dias entre fevereiro e 31 de julho, o Congresso terá pouco tempo para debater o assunto de reestruturação antes da expiração do programa.

Quanto ao posicionamento dos congressistas, o deputado republicano David Camp prefere a renovação sem reestruturação do SGP. Por sua vez, o senador democrata Max Baucus não apoia mudanças no SGP e deseja prorrogá-lo pelo maior período possível. No entanto, o vice-presidente do Comitê de Finanças, o senador republicano Orrin Hatch, já se pronunciou a favor de uma revisão detalhada do programa, com foco na investigação sobre o cumprimento das leis internacionais de propriedade intelectual. Por fim, em discussões recentes com outros assessores do Congresso, foi relatado que os congressistas não estão visando especificamente países nesta discussão, mas sim problemas como as barreiras comerciais.

Com o anúncio da remoção do Brasil do SGP europeu a partir de 2014, alguns analistas levantaram a possibilidade de o SGP sofrer um efeito cascata. Contudo, ainda não se sabe se a exclusão do Brasil do SGP europeu servirá de combustível para o debate no Congresso estadunidense. A não ser que haja uma verdadeira reestruturação na lei, remoção do programa por questões econômicas ou violações das regras de elegibilidade, o Brasil não sofre riscos de ser excluído do SGP dos Estados Unidos.

Outro assunto relacionado é a questão dos “offsets” (ou balanço orçamentário). A lei estadunidense (*pay-as-you-go*) requer que as propostas de lei que afetam gastos diretos e receita sejam contrabalançadas por cortes de gastos e elevação tributária. Para cumprir com a regra, o Congresso aumentou taxas de utilização alfandegária nos últimos anos, mas alguns congressistas se pronunciaram contra tal medida. Independente de qual *offset* será utilizado, a renovação do SGP terá que considerar a questão do financiamento do programa.

---

*companhias estadunidenses economizaram aproximadamente US\$ 748,7 milhões em tarifas de importação em 2012 (...). No entanto, o impacto do SGP sobre a economia dos Estados Unidos não é de grande escala*

---

Para que tenhamos uma perspectiva mais ampla sobre o assunto, é preciso tratar da relevância do programa para a economia dos Estados Unidos. De acordo com a Coalizão para o SGP, entidade que defende os interesses de companhias estadunidenses beneficiadas pelo programa, as importações no âmbito do SGP alcançaram US\$ 19,9 bilhões em 2012. A Índia foi quem mais utilizou o programa (US\$ 4,5 bilhões), seguida de Tailândia (US\$ 3,7 bilhões) e Brasil (US\$ 2,3 bilhões). Indonésia e África do Sul ocupam o quarto e quinto lugar, respectivamente.

Uma análise da questão indica que companhias estadunidenses economizaram aproximadamente US\$ 748,7 milhões em tarifas de importação em 2012, uma economia de US\$ 40 milhões relativa ao ano de 2011. A Índia foi o país que mais economizou (US\$ 184 milhões), e o Brasil foi o quarto país (US\$ 86,4 milhões). No entanto, o impacto do SGP sobre a economia dos Estados Unidos não é de grande escala: as importações beneficiadas pelo SGP em 2011 responderam por somente 0,8% do total das importações nos Estados Unidos (isto é, US\$ 19 bilhões dos US\$ 2,2 trilhões acumulados em todas as importações).

Em seus diálogos com o Congresso, nossa organização – a Brazil Industries Coalition (Coalizão das Indústrias Brasileiras), sediada em Washington, D.C. – tem enfatizado que o SGP beneficia não somente o desenvolvimento da economia brasileira, mas também a economia estadunidense, criando empregos e sustentando várias empresas de pequeno e médio portes no país. Embora fuja do objetivo genérico do SGP, essa linha de argumentação é parte importante do debate porque afeta companhias instaladas nos estados e distritos representados pelos congressistas diretamente envolvidos nos debates sobre a reestruturação. De todo modo, não é possível prever o resultado do debate no momento atual: qualquer posicionamento é reflexo de meras especulações por parte de seus autores.

- 
- ❶ Em 2011, a lisina brasileira foi excluída do programa por exceder os limites de competitividade.
  - ❷ Classificado no sistema harmonizado de tarifas com o número 7202.99.20.



**Célia Feldpausch**  
Diretora-executiva da Brazil  
Industries Coalition (BIC),  
sediada em Washington.



# Informações úteis

## Três latino-americanos são candidatos ao cargo de diretor-geral da OMC

Nas eleições para o sucessor do francês Pascal Lamy no cargo de diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), três candidatos são oriundos de países latino-americanos: Roberto de Azevêdo, atual embaixador do Brasil perante a OMC; Anabel González, ministra de Comércio da Costa Rica e ex-diretora da Divisão de Agricultura da OMC; e Herminio Blanco, ex-ministro de Comércio do México. Na reunião do Conselho Geral, realizada de 29 a 31 de janeiro, os candidatos apresentaram as linhas gerais de suas propostas aos membros da Organização. O novo diretor-geral será anunciado em maio de 2013, mas a cerimônia de posse ocorrerá apenas em agosto.

## USP cria centro sobre desastres naturais

A Universidade de São Paulo (USP) assinou, em 31 de janeiro, acordo com o Ministério da Integração Nacional e a Casa Militar-Defesa Civil de São Paulo para a criação do Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres no Estado de São Paulo (CEPED). O projeto visa a produzir, integrar e divulgar o conhecimento produzido na Universidade com o objetivo de contribuir para a prevenção, redução e mitigação de desastres naturais nos âmbitos regional e nacional. O CEPED será vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa da USP e coordenado pela Escola Politécnica, que desenvolve pesquisas relacionadas à logística de operações humanitárias e estudos sobre deslizamentos e remoção de resíduos. Acesse aqui mais informações.

## FUNAG promove seminário sobre temas pertinentes à relação Brasil-França

A Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) está promovendo o seminário "Brasil-França: Visões do Mundo", em parceria com o Instituto de Altos Estudos sobre Defesa Nacional (IHEDN, sigla em francês). No evento, diplomatas, acadêmicos e outros especialistas do Brasil e da França discutirão temas como governança no século XXI; integração regional; África; e Oriente Médio. O seminário ocorrerá em 5 de março de 2013, na sala Vera Cruz II do Centro Empresarial Brasil 21, SHS Quadra 06 (Brasília). Clique aqui para mais informações.

## FGV-Rio abre chamada de artigos para *workshop* sobre a UE

No contexto da celebração do Dia da Europa, em 9 de maio, o Centro de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-Rio) está promovendo a segunda edição do "Graduate Workshop on European Union Research". O evento ocorrerá em 10 de maio, na FGV-Rio e envolverá a apresentação e debate de trabalhos sobre a União Europeia (UE). Para participar, é necessário que o

candidato esteja inscrito em um curso de pós-graduação no Brasil, nas áreas de Relações Internacionais, Direito, Ciências Sociais, História ou Economia. Há possibilidade de apoio financeiro aos participantes. Os interessados devem enviar, até 15 de março, um resumo (500 palavras) de sua pesquisa e o currículo para o e-mail <ri@fgv.br>. Para mais informações, clique aqui.

## FAPESP lança chamada com universidade no Canadá

A Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de São Paulo (FAPESP) e a University of Victoria (UVic), no Canadá, lançaram a primeira chamada de propostas de pesquisa sob o acordo de cooperação assinado em 2012. A seleção está voltada ao intercâmbio de pesquisadores de instituições de ensino superior e pesquisa, públicas ou privadas, baseadas no estado de São Paulo ou afiliadas à UVic. As propostas podem ser submetidas em qualquer área do conhecimento científico e tecnológico. De acordo com a chamada, a FAPESP e a UVic destinarão até 10 mil dólares canadenses anuais, com vistas a cobrir despesas de transporte, moradia e seguro de pesquisadores. Serão selecionadas até três propostas de pesquisa. O período de submissão estende-se até 9 de abril. Acesse aqui mais detalhes.

## BNDES financiará empresas brasileiras de tecnologia

Os governos de Brasil e Israel abriram inscrições para o programa de cooperação entre empresas de base tecnológica, em especial aquelas voltadas às áreas de saúde e tecnologia da informação. As empresas receberão financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Escritório do Cientista-Chefe, de Israel. Os interessados devem realizar o cadastro no site do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Na página eletrônica, o empresário pode preencher um formulário para encontrar um parceiro israelense. Em etapa posterior, as empresas formulam um projeto conjunto e encaminham-no até 22 de abril.

## Mudanças no uso da terra serão debatidas em conferência na Alemanha

A segunda conferência internacional do Global Land Project (GLP), financiado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), reunirá cientistas e pesquisadores para discutir sobre as mudanças de uso e cobertura da terra em todo o planeta. O evento busca promover o debate de trabalhos nas seguintes linhas temáticas: "rethinking land change transitions"; "local land users in a tele-connected world"; "impacts and responses"; e "land governance". O evento será realizado em março de 2014, em Berlim. Para mais informações e inscrições, clique aqui.

# Publicações



## Considerações práticas no gerenciamento de disputas comerciais ICTSD – janeiro 2013

A insuficiente capacidade legal impede que os países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo façam uso das opções disponibilizadas pelo sistema de comércio multilateral, em particular do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC). Esta nota informativa foca em como esses países podem construir sua capacidade legal, envolver-se com a OMC e melhor gerenciar suas disputas comerciais.

Acesse o estudo [aqui](#).



## Participação asiática no sistema de solução de controvérsias da OMC ICTSD – janeiro 2013

O sistema de solução de controvérsias da OMC proporciona a seus membros a oportunidade de ter suas disputas comerciais analisadas e adjudicadas por um fórum baseado em regras estabelecidas. Todo membro tem acesso garantido ao sistema; contudo, ele não é frequentemente utilizado por países em desenvolvimento. Esta nota informativa examina como países asiáticos estão se envolvendo com o sistema de solução de controvérsias da OMC e avalia se as restrições que geralmente limitam a participação dos países em desenvolvimento no sistema são pertinentes também no caso dos países asiáticos.

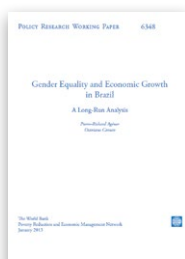
Acesse o estudo [aqui](#).



## Financiando o desenvolvimento sustentável na parceria global pós-2015 OHCHR, OHRLS, IFAD, IOM, UNCTAD, UNDESA, UNDP, UNEP, UNESCO, UNFCCC, UNFPA – janeiro 2013

Dando continuidade à Reunião Plenária da Alta Cúpula da Assembleia Geral sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, realizada em 2010, o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu uma equipe de trabalho, em setembro de 2011, para dar amplo apoio às agências da Organização nos preparativos da pauta de desenvolvimento pós-2015. A equipe de trabalho é liderada pelo Departamento de Assuntos Sociais e Econômicos e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e reúne especialistas seniores de mais de 60 entidades da ONU e outras organizações internacionais. Este estudo pretende ressaltar os objetivos a serem perseguidos pelas agências envolvidas na formulação da pauta pós-2015 para o financiamento do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que aponta metas concretas para alcançá-los.

Acesse o estudo [aqui](#).



## Igualdade de gênero e crescimento econômico no Brasil: uma análise a longo prazo Pierre-Richard Agenor (Universidade de Manchester) e Otaviano Canuto (Banco Mundial) – janeiro 2013

O artigo estuda o impacto a longo prazo das políticas voltadas à promoção da igualdade de gênero no crescimento econômico do Brasil. A primeira parte contém uma breve revisão das questões de gênero no país; a segunda apresenta um modelo de gerações sobrepostas (OLG, sigla em inglês), baseado no gênero e dividido em três períodos, representando a alocação do tempo da mulher entre o mercado de trabalho, a criação dos filhos, a acumulação de capital humano e a produção doméstica. A análise demonstra que a promoção da igualdade entre os gêneros – parcialmente dependente de externalidades geradas pela infraestrutura em termos de alocação do tempo da mulher e de seu poder de barganha – pode ter um impacto substancial no crescimento a longo prazo do Brasil.

Acesse o artigo [aqui](#).



## **Relatório da Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial 2013 – Dinamismo Resiliente**

### **Fórum Econômico Mundial – janeiro 2013**

Realizado em Davos (Suíça), em finais de janeiro, o 43º Fórum Econômico Mundial reuniu 2.500 líderes do setor público, privado e da sociedade civil de mais de 100 países. As 270 sessões constantes do programa oficial foram organizadas a partir de três pilares temáticos: liderando através da adversidade; restaurando o dinamismo econômico; e fortalecendo a resiliência social. Em todos eles, ressoava o tema central, "dinamismo resiliente", referente à necessidade de enfrentar ao mesmo tempo problemas imediatos e desafios a longo prazo, lembrando os participantes que, isoladamente, nem resiliência nem dinamismo são suficientes para enfrentar o cenário pós-crise: os dois são necessários para tal fim. O relatório pretende estimular a reflexão acerca das questões e problemas suscitados durante a reunião.

Acesse o relatório [aqui](#).

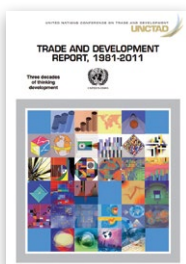


## **O Protocolo de Montreal e a Economia Verde: avaliando as contribuições e os benefícios de um Acordo Ambiental Multilateral**

### **UNEP – janeiro 2013**

A produção deste relatório marca o 25º aniversário da assinatura do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio. Com a recente publicação do relatório *Rumo a Economia Verde*, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) busca reforçar a Iniciativa para a Economia Verde (GEI, em inglês). Além de ter alcançado seu objetivo inicial de cessar o uso de substâncias destrutivas da camada de ozônio, o Protocolo de Montreal pode ser compreendido como um exemplo de como acordos ambientais multilaterais podem proporcionar condições que permitam estimular economias verdes. Este estudo avalia o impacto do Protocolo de Montreal na transformação das economias nacional e global rumo ao paradigma verde. Além de analisar a natureza e a extensão da contribuição do referido Protocolo para a economia verde, o trabalho busca identificar seus benefícios sociais e ambientais.

Acesse o estudo [aqui](#).



## **Relatório de Comércio e Desenvolvimento – 1981-2011**

### **UNCTAD – dezembro 2012**

O relatório foi preparado pelo secretariado da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês) em comemoração pelas três décadas do Relatório de Comércio e Desenvolvimento (TDR, sigla em inglês) – a publicação mais importante da UNCTAD, cuja primeira edição foi publicada em 1981. Esta iniciativa foi promovida pelos economistas da UNCTAD que pretendiam ressaltar a contribuição do relatório para questões centrais relacionadas à economia global e ao desenvolvimento de estratégias. Ainda, o TDR objetiva demonstrar como as ideias, opiniões e propostas expressadas no relatório, bem como as abordagens analíticas utilizadas, evoluíram para responder aos desafios decorrentes do desenvolvimento da economia global.

Acesse o relatório [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

## PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol*  
[www.ictsd.org/news/puentes](http://www.ictsd.org/news/puentes)

## BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/biores](http://www.ictsd.org/news/biores)

## BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges](http://www.ictsd.org/news/bridges)

## 桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque internacional - Publicação em chinês*  
[www.ictsd.org/news/qiao](http://www.ictsd.org/news/qiao)

## МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo*  
[www.ictsd.org/news/bridgesrussian](http://www.ictsd.org/news/bridgesrussian)

## BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque na África - Publicação em inglês*  
[www.ictsd.org/news/bridges-africa](http://www.ictsd.org/news/bridges-africa)

## PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável  
*Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês*  
[www.ictsd.org/news/passerelles](http://www.ictsd.org/news/passerelles)



### International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9  
1219 Geneva, Switzerland  
+41-22-917-8492  
[www.ictsd.org](http://www.ictsd.org)

A produção de PONTES tem sido possível  
graças ao apoio generoso da:

### SDC - Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação

O PONTES também beneficia de  
contribuições de especialistas na área  
de comércio e desenvolvimento sustentável  
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade  
ou de patrocínio que contribuam para a  
redução de seus custos de publicação e que  
ampliarem o acesso aos seus leitores.  
A aceitação de tais propostas fica a critério  
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos  
publicados no PONTES são exclusivamente  
dos autores e não refletem necessariamente  
as opiniões do ICTSD.

Trechos de PONTES podem ser usados em  
outras publicações se forem citados de forma  
apropriada.

Preço: €10.00  
ISSN 1996-919

